

**A. I. N°** - 019290.0010/04-3  
**AUTUADO** - ROSANA SARKIS COUTO  
**AUTUANTE** - PAULO CESAR DE CARVALHO GOMES  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 27. 12. 2004

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0510-04/04

**EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO.** Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de entradas como de saídas mediante levantamento quantitativo, se o valor das entradas omitidas foi superior ao das saídas, deve ser exigido o imposto tomando-se por base o valor das entradas não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou o pagamento das mesmas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. **Infração não contestada. 2. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** Saldo credor na conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e não contabilizadas. **Infração comprovada. Auto de Infração PROCEDENTE. Decisão unânime.**

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/09/2004, exige ICMS no valor de R\$9.322,44, em razão das seguintes irregularidades:

1. Falta de recolhimento do imposto no valor de R\$277,69, constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas anteriormente realizadas e também não contabilizadas;
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, com ICMS devido no valor de R\$9.044,75, apurada mediante saldo credor de caixa.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal, fl. 275 dos autos, descreveu, inicialmente, os motivos do seu pedido de baixa.

Em seguida, aduziu que foram solicitados pelo autuante os documentos para fiscalização e o razão contábil das despesas e receitas do ano de 1999 até 30/04/2004.

Argumenta, no entanto que, por falhas dos seus funcionários, foram entregues ao autuante o razão das despesas e receitas, ao invés dos livros Diário e Razão, onde constam os lançamentos de empréstimos de caixa efetuados por sua procuradora.

Ao concluir, requer a análise dos fatos acima e que seja revista à autuação.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fl. 284 dos autos, assim se manifestou acerca da defesa formulada:

1. Que são infundados os argumentos defensivos, uma vez que a empresa lhe apresentou o livro Razão, cujas cópias encontram-se às fls. 118 a 239;
2. Que o intuito do autuado é de confundir, já que a empresa foi intimada em 30/07/2004 e somente entregou a documentação exigida em 09/08/2004, ainda assim faltando os cupons fiscais de 1999 a 2003;
3. Que o razão apresentado, devidamente assinado pela contadora da empresa, é que serviu de base para o seu controle e não o imaginário livro recriado após o encerramento da fiscalização com os suprimentos de caixa sob a forma de empréstimos e não apresentados durante a ação fiscal, haja vista que foram solicitadas todas as comprovações de receitas e despesas ou de recebimentos e pagamentos;
4. Que considerando a inquestionável identidade da cobrança fiscal, a qual é provida de certeza, segurança e exatidão, os argumentos defensivos se tornaram despiendo, em face dos demonstrativos acostados.

Ao finalizar, diz manter a ação fiscal.

## **VOTO**

Após analisar as peças que instruem o PAF, o meu posicionamento a respeito das infrações é o seguinte:

Infração 1 – Reporta-se a omissão de saídas de mercadorias, constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas anteriormente realizadas e também não contabilizadas.

Em sua defesa, observei que o autuado não opôs qualquer objeção quanto ao imposto exigido, pelo que considero o seu silêncio como um reconhecimento tácito da infração.

Tendo em vista que a constatação de diferença de entradas de mercadorias, apuradas mediante levantamento quantitativo e por espécie de mercadorias, se constitui em comprovação suficiente da realização de operações de vendas anteriormente realizadas sem a emissão da documentação fiscal, as quais foram empregadas no pagamento das citadas entradas, entendo caracterizada a infração, devendo, por isso mesmo, ser mantida a autuação.

Infração 2 - Diz respeito à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada mediante saldo credor de caixa.

Para instruir a ação fiscal, o autuante fez a juntada às fls 8 a 269, além de outros documentos, dos Demonstrativos de Auditoria de Caixa e de cópias do livro Razão, onde estão escrituradas as operações de entradas e saídas de numerário no período fiscalizado.

Com referência à defesa formulada, entendo que razão não assiste ao autuado, já que se limitou a alegar que, por um lapso dos seus funcionários foi entregue ao autuante o razão das despesas e receitas, quando deveria ter sido enviado o livro Diário e o Razão, onde constam os lançamentos de empréstimos para suprimento de caixa efetuado pela procuradora da empresa, não juntando qualquer prova, cuja alegação não foi acatada pelo autuante em sua informação fiscal. É que de acordo com

disposto no art. 123, do RPAF/99, é assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação ao lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativo, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

Tendo em vista que o autuado não observou o contido no dispositivo supra, considero caracterizada a infração, cuja exigência tem respaldo legal no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 7.014/96, o qual prevê que a constatação de saldo credor na conta caixa, além de outras ocorrências, autorizam a presunção de saídas de mercadorias tributáveis anteriormente efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, ressalvado ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, o que não ocorreu no presente caso.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **019290.0010/04-3**, lavrado contra **ROSANA SARKIS COUTO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.322,44**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de dezembro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA